

Reunião da Câmara Temática de Mobilidade a Pé

Data: **13 de Outubro de 2020** (terça-feira)

Horário: **10h às 12h (online)**

Participantes | Poder Público:

1. Eduardo Macabelli - CET
2. Evely Trevisan Lacerda – CET
3. Fernando Caires - SMT
4. Gabriela Ribeiro – CET
5. Grasieli Aline - SMT
6. José Eduardo Canhadas – CET
7. José Renato Melhem – SMT
8. Juliana Cruz – SPTrans
9. Luis Eduardo S. Brettas - SPUrbanismo
10. Luiza Gomide – CET
11. Maria Teresa Diniz – Secretária Executiva - CMTT
12. Michele Perea - SMT
13. Nancy Schneider – CET
14. Rosa Oliveira – CET
15. Rosemeiry Leite – CET
16. Vanessa Pessoa - SMT

Participantes | Integrantes da CTMP, Usuários Temáticos e Regionais:

1. Ana Carolina Nunes – Mobilidade a Pé
2. Élio J. B Camargo – integrante da CTMP
3. Helena Degreas – integrante da CTMP
4. Mauro Calliari – Mobilidade a Pé
5. Meli Malatesta - Idosos

Observadores:

1. Cristiana Gonçalves Pereira
2. Paola
3. Plínio
4. Wans Spiess

Luiza – abriu a reunião e enunciou a pauta: “*Consulta pública que diz respeito à liberação do uso de vagas de estacionamentos por restaurantes e bares para posicionar mesas e cadeiras*” – Convidado Luís Eduardo S. Brettas (SPUrbanismo). Informou também que necessitaria sair um pouco mais cedo da reunião e que a condução seria feita pelo José Renato.

Ana Carolina – cumprimentou todos e reforçou a pauta.

José Renato – fez uma síntese dos encaminhamentos dos trabalhos e passou a palavra para o Sr. Luís Eduardo S. Brettas (SPUrbanismo), para dar início a apresentação.

Eduardo Brettas – fez uma síntese sobre a “*implantação do projeto-piloto de utilização de calçadas no atendimento de bares e restaurantes*” pontuando algumas questões: esperamos que o programa seja estendido para outras centralidades e áreas relevantes; temos diversas questões em relação à liberação da vigilância sanitária, em relação à SMSUB - dificuldades na fiscalização -; há um receio de liberar a cidade como um todo. Os objetivos são os mesmos, ou seja, fazer uma troca dos carros no sentido de liberar espaço para as pessoas no espaço público. Há uns 15 dias entrou no ar uma consulta pública (proposta) para virar uma regulamentação para esta implantação no momento. É uma consulta que está alinhada com SMT e com a SGM para chegarmos em algum ponto em que tenhamos mais segurança em relação às regras para a implantação. A consulta está programada para terminar na sexta-feira (16.10). Temos já umas 350 contribuições; positivas e negativas como qualquer consulta. Temos também uma expectativa da SGM e do Prefeito de, antes de publicarmos uma regra geral, publicar mais um Decreto implantando alguns outros pilotos. Pensamos em fazer outros testes para tentarmos mapear outras variáveis que não foram possíveis neste teste da área central; tentamos entender em regiões de centralidades locais onde seria possível. Ainda esta semana tentaremos soltar um Decreto para liberar outros pilotos com características diferentes, não só para atendimento de estabelecimento de alimentação (bares e restaurantes), mas outros tipos de estabelecimentos que também estão sofrendo com a restrição. Temos uma demanda da Associação Comercial onde, junto com o Instituto dos Arquitetos, estão propondo outros testes. Paralelamente também temos a experiência da própria CET em relação aos alargamentos de calçadas. São interesses e objetivos que se somam para minimizar este momento que estamos vivendo. Basicamente era isto. **Obs.:** a apresentação será disponibilizada e integra esta Ata.

José Renato – obrigado pela apresentação. Apenas comentando que a ideia da consulta pública e do Decreto que criará parâmetros para que possamos replicar em outros locais e talvez após a pandemia é bem salutar. Abriremos agora para as perguntas.

Ana Carolina – gostaria de pontuar a importância da SMDU realizar novos projetos pilotos em localidades que estejam demandando esta ação e sugerir a realização de pilotos também em áreas de equipamentos públicos ou mesmo privados – de cultura e educação -, tendo em vista que estarão retomando as atividades presenciais a partir da fase verde do Plano - SP. São outras necessidades, mas, de qualquer maneira, se espera que as pessoas voltem a ocupar esses espaços e, se puderem ficar ao ar livre, seria mais seguro. Não sei se há referências de outros locais onde tenham feito espaços de descanso e permanência em vagas de estacionamento; por exemplo do lado de fora dos equipamentos de cultura, educação e até mesmo saúde. Pode ser importante pois essas instalações provisórias acabam mostrando onde há demanda reprimida por este tipo de equipamento. Temos pouco parâmetro sobre quais são os lugares onde há esse tipo de demanda.

Eduardo Brettas – penso que tem tudo a ver; como sabem, no programa Centro Aberto fizemos um super mapeamento na cidade sobrepondo “n” camadas de informação no georreferenciado que tínhamos para fazer extrações de lugares. Pegamos a pesquisa OD e tudo que tinha com mais de 5 minutos de trajeto a pé ou no início ou no final, nós mapeamos e plotamos; todos os equipamentos de saúde, de cultura, pontos terminais de ônibus, etc. Todos foram pontos focais como polos de atração de pessoas; sobrepondo tudo isso fizemos extrações de quais seriam as centralidades relevantes para fazermos essa implantação. Naquele momento, tiramos trinta e poucos pontos só em termos de hierarquização e, desses trinta e seis ou trinta e oito, estamos implantando doze. Desses doze somente um é na área central (Glicério). Fora esse, os demais são centralidades regionais e eles têm a característica

de polos com muito afluxo de pessoas onde não há espaço para elas ficarem/estarem. Obviamente ainda estamos com muita restrição. Depois de muita briga mudamos para verde, mas não sem dor. Este é um pouco o caminho que já vínhamos trilhando em cima do centro aberto: procurar esses locais para ampliar o espaço de permanência das pessoas e melhorar essa condição e que, neste momento é um respiro a mais.

Mauro Calliari – obrigada pela apresentação. Mais uma vez acontece algo muito bacana nesta reunião que é ver a evolução das discussões e o acompanhamento dos projetos. É muito importante esse acompanhamento e quanto mais isto acontecer, mais estaremos aprendendo e avançando. Em relação ao teste comentamos na vez passada quando que o teste se daria por terminado e quais eram os parâmetros. Numa fala do Prefeito ele comentou que já haviam feito e iam expandir. Ele se referia a algo genérico, mas acho que é importante definir quando terminará o teste. Sugiro que seja feita uma avaliação sintética e concisa pontuando o que deu certo e o que deu errado e daí pensar na segunda fase que é a escalabilidade. Esse teste é pequeno, havia uma conjunção de fatores que auxiliaram, mas não será a mesma coisa nos outros locais. Minha preocupação agora é o que acontece quando se liberar - gostaria de saber se você tem uma expectativa -, para a utilização normal das calçadas? Aí surgirão os problemas, inclusive de fiscalização. É importante uma normativa a partir dos aprendizados. Em relação aos parklets, corremos o risco de ver um retrocesso pois nesses locais permitiu-se servir comida e, a princípio, os parklets não poderiam. É importante deixar claro que, ainda que a partir de agora seja possível servir comida, esses locais continuam sendo um espaço público. O risco que corremos é que o responsável pelo parklet simplesmente retire o cidadão que não está consumindo.

Eduardo Brettas – obrigada Mauro. Penso que seja esta a pergunta. Temos um milhão e meio de “veja bem”. Temos questões com relação a essa privatização do espaço público; em que momento a privatização precisa ser de fato, a título oneroso, em que as TPU’s valorem isto claramente em benefício da cidade se for o caso. Temos questões de continuidade; hoje por exemplo na Gal. Jardim, podemos ter um corredor de 1,20 onde não tenho formas da pessoa poder escapar dali (teremos que repensar). Há situações com o cigarro nas ruas, pois se estamos falando que aquilo é um espaço de consumo, como é que enxergaremos o “cigarro”? - é ou não proibido? Ao mesmo tempo é um espaço aberto, um espaço público e então porque posso ou não posso? A questão do ruído, presença do som que é também uma discussão grande. Essas são questões que já vieram desse piloto e estamos tentando observar o mais próximo possível. Como você disse, este piloto é uma implantação muito particular e não será a realidade quando for disseminada para outras centralidades da cidade. Entendo que talvez seja muito relevante um segundo degrau em que não liberemos tudo, mas consigamos testar outras variáveis em condições econômicas e do próprio nível de observação e fiscalização. Em relação a este, por mais tempo que tenha passado, ainda não foi implantado totalmente. Alguns estabelecimentos ainda não executaram o que seria a sua ampliação. Já estamos tirando várias conclusões de um projeto que ainda não foi concluído, mas que não podemos esperar mais seis meses para mapear isso. O objetivo é que sexta-feira agora (16.10) eu termine a consulta em cima do que está publicado e ao mesmo tempo eu mapeie todas as observações tiradas desse piloto da área central. Isto tudo deverá se consolidar num texto base que poderá ser o de um novo piloto ou que venha até a ser um texto base para uma ampliação disso disseminada pela cidade. Este é o nível que estamos hoje. Inúmeras observações da área central e com certeza não conseguiremos mapear todas as variáveis que gostaríamos. Poderia por exemplo incluir um sensor para medir o afluxo de pessoas, mas não temos recurso para fazer isso hoje. Talvez, quando fizermos uma normativa que possa disseminar isso pela cidade, poderemos até obrigar aquele grupo “x” de

empresários, de forma a garantir qual o número de pessoas em determinado local em tal momento, que me garanta o nível de ruído, etc. São variáveis que a cidade terá que entender de fato qual o tipo de cobrança e monitoramento que queremos ter. Enxergar o nível de visibilidade que queremos ter em cada implantação.

Helena – obrigada pela apresentação; foi muito esclarecedora. Tenho uma pergunta bastante pontual e você fique a vontade de responder ou não pois não sei se tem as informações. Vi no plano diretor que estão previstas implantações de calçadas em eixos de transformação urbana. Por exemplo na Oscar Freire, ao lado do metrô, há seis empreendimentos prevendo entre duzentos e cinquenta a quinhentas unidades. As calçadas têm um fluxo e as pessoas andam literalmente na rua e os carros estão estacionados ali. É uma área de poder aquisitivo alto, repleta de bares e restaurantes. Na verdade, são vários eixos de transformação com adensamento de pessoas. Há bares e restaurantes e também algo que ainda não é palpável, mas conseguimos ver as pessoas andando em calçadas que tem 2m ou 2,5m, não mais que isso. Hoje a ocupação é onde há automóvel e onde há calçadas; está tudo lotado e esses empreendimentos ainda não ficaram prontos. No documento está previsto um regramento. Quando ele se dará? Há um receio de não saber o que acontecerá após esses empreendimentos ficarem prontos. O regramento valerá igual?

Eduardo Brettas – minha posição pessoal: defendo sempre a troca do carro pelo pedestre, pela situação do deslocamento a pé. Numa situação como essa que acabou de relatar, temos que realizar um trabalho de ampliação de calçadas. Para mim a troca é muito clara. Com relação à publicação da consulta a ideia é conciliar isto. Já percebemos que podemos permanecer muito mais sem carro do que imaginávamos. Conseguimos circular de maneiras diferentes e trabalhar de maneiras diferentes. Porém, ainda hoje, e sobretudo nesse momento de pandemia, temos uma questão que desequilibra a balança de outro lado, que é a questão do transporte público. Enquanto não tivermos segurança de circular indistintamente no transporte público, ainda conviveremos com uma questão forte do transporte individual (carro). Sou muito mais de forçar a circulação pelos meios, onde possamos ter o transporte individual, mas em uma bicicleta por exemplo. Não vejo outra alternativa para a cidade a não ser entender como ela irá gerir esse “meio-fio” dela. Não temos esse trabalho, o mundo inteiro está se preocupando com a gestão do “meio-fio” (termo utilizado para saber o que acontece nesse alinhamento entre o carro e as pessoas). Teremos que cada vez mais pensar nisso pois não é possível deixarmos um carro de uma pessoa atrapalhar milhares de pessoas que circulam por uma determinada região. É uma troca difícil e complicada principalmente para SMT e CET, mas ela terá que ser feita. Como fazer isto é um pensamento que deverá cada vez mais estar permeado entre a gente.

José Renato - complementando a pergunta da Helena, um dos locais para mobilidade ativa que estudamos, da listagem de dezoito locais, está o trecho que foi comentado – saída do metrô da Oscar Freire. Há uma concentração grande de pedestres que tende a aumentar e ali e há uma área de estacionamentos com carros no meio fio que poderia ser mais útil ao pedestre do que estacionamento de carros. A princípio faremos em quatro locais, mas há um horizonte maior e a Oscar Freire estaria nesta listagem dos dezoito locais.

Élio – referente às áreas de estacionamento, foram concebidas da Zona Azul e, como não há ressalva, seria necessário prever algo para não haver perda posterior; p.ex. o concessionário vir a exigir do poder público. Com referência à Lei 17.403/2020 - termo de permissão de uso, pressupomos que seria provisório; porém, sabemos que o provisório acaba sendo definitivo. Neste sentido a grande dificuldade seria a fiscalização. Hoje as calçadas que estão previstas na Lei 15.442, artigo VII., a ameaça de multa não é efetivada porque a PMSP sempre alega

incapacidade para notificar os infratores (algo fixo). Imagina algo móvel como em relação as calçadas previstas agora. A dificuldade será maior ainda. Prevendo problemas futuros sugiro que ao invés de 1,20m como consta na consulta pública, observar o que está previsto no artigo XXIII (Cidade Limpa), que é metade da largura nunca ser inferior a 1,50m.

Eduardo Brettas – com relação à Zona Azul, falando em meu nome, eu sou, fui e continuo sendo absolutamente contra essa concessão que foi feita. Ela tirou muito desse direito que a cidade tem de fazer essa gestão do “meio-fio” que é importantíssima para o desenvolvimento da cidade. Foi uma decisão da SGM e aconteceu dessa forma. Porém, foi inserido um artigo que permite a transferência de vagas; o concessionário não poderá reclamar se a cidade entregar a vaga onde quer que seja. Acho muito ruim, mas há esta abertura legal que não irá requerer um equilíbrio financeiro dessa concessão. Volto afirmar, para mim foi um erro absoluto esta concessão; ela não poderia existir porque a cidade tem que ter o direito de fazer a gestão desse “meio-fio” e não poderia haver um tipo de negócio desse da forma que foi feito. Em relação à fiscalização, é um drama que a cidade vive em todas as áreas. Não é especificamente com relação a gestão e fiscalização das TPU’s. Porém, precisamos enfrentar; a cidade precisa achar esse caminho. Precisamos evoluir, precisamos descobrir um caminho que dê condições melhores para as pessoas e, se ficarmos sempre reféns das dificuldades estruturais que temos não sairemos do lugar. Em relação à largura, sua colocação é perfeita; precisamos encontrar um meio termo em relação a ocupação das calçadas e uma possibilidade pode ser esta. São questões que devem vir agora nesta consulta para podermos chegar num melhor texto possível para a cidade.

Rosemeiry – fiquei com uma dúvida em relação ao custo. Qual seria o custo médio por m2 da implantação do Arouche? Você tem essa informação? Lá há alguns elementos urbanos que me parecem ter sido muito bem escolhidos e sabemos que não será esta a realidade para toda a cidade.

Eduardo Brettas – na verdade eu não tenho. Sei que o grupo de lá conseguiu diversos serviços como doação de parceiros e apoiadores, entre outros. Temos uma questão muito importante que é constitucional do Brasil que é de não dar a transferência da responsabilidade de um espaço público para um privado. Diferente do que acontece nos EUA, onde você pode obrigar que qualquer implantação seja securitizada, aqui isto não adianta porque o gestor público nunca se exime da responsabilidade de coisas que acontecem no espaço público. O que eu vejo é que temos que garantir algum tipo de segurança física no confronto do automóvel com as pessoas. Para mim os vasos funcionam muito bem; marcam claramente e criam uma amarração de segurança para as pessoas que estão ali. Indicam para o motorista que mudem sua relação com a via (redução da velocidade). Penso que o ponto principal das implantações será garantir esse tipo de segurança. Em relação ao resto, vai muito de local para local e de valor para valor. Acho que no máximo, em uma implantação como a que foi feita no início da Araújo (20m de comprimento), não gastaram menos que uns trinta mil. Obviamente isto não é a realidade para a cidade. A exigência maior deve ficar na garantia do confronto entre pessoas e automóveis.

José Renato – mais alguma pergunta? Algum comentário sobre a apresentação?

Ana Carolina – sobre como o Decreto poderá abranger equipamentos que não sejam somente de bares e restaurantes, deixarei contribuições na consulta pública, mas considero importante prever isto no Decreto. Além disso, por ter um caráter transitório, é muito importante termos uma comunicação clara de quais são as previsões. Por exemplo a ideia é que este Decreto, com a isenção da TPU, dure seis meses e possa ser renovada por mais

seis meses. Ser avaliada a cada tempo dependendo das condições sanitárias; também que a SMDU desenvolva uma maneira de prestar contas sobre os resultados. Entendo que temos muitas restrições – algumas não cabíveis a meu ver – devido ao período eleitoral, mas termos alguns relatórios ou documentos que façam esse registro no próprio site da SMDU seria pertinente. Seria muito bom para criarmos uma memória e ter registrados parâmetros que permitam uma avaliação. Até porque para nós, superada a situação da pandemia, conseguimos discutir mudanças nos marcos legais que permitam uma maior flexibilização do uso e da gestão dos espaços de estacionamentos na rua para espaços de permanência, de convívio ou extensão de comércios e outros tipos de equipamentos.

Eduardo Brettas – tem toda a razão. Temos muita dificuldade com relação ao entendimento que não é um só dentro da administração. Há quem não quer nem conversar sobre o assunto e outros que consideram que isto já devia ter acontecido há muito tempo atrás. Há uma gama enorme de visões sobre o que é este espaço público. Com relação a atender essas outras questões do início da sua fala, se observar o que foi colocado na consulta, verá que está descrito de uma forma amena, tendo em vista que há pessoas que não querem nem ouvir falar nisto. A consulta abre possibilidades para qualquer tipo de negócio desde que entendamos ser uma situação possível. Com relação às publicações, estamos nesta fase de restrição, tínhamos duas audiências públicas programadas que foram proibidas por SECOM e estamos sem nenhuma possibilidade de fazer movimentos em termos de divulgação. A consulta que está no ar foi levantada sem podermos fazer sua divulgação. Alguns veículos publicaram alguma coisa de maneira espontânea. De qualquer maneira, no “participe”, ela já se caracteriza pela consulta que teve o maior número de contribuições (350). Percebemos que o tema é relevante pois não haveria esta participação toda.

José Renato – é uma questão séria. As pessoas precisam saber o que está acontecendo na cidade, mas com as restrições ficamos muito limitados. Como entidades ou pessoas físicas, se cada um puder divulgar na sua rede é sempre bom. Até para sinalização de obras temos restrições de comunicação.

Maria Teresa – agradeço ao Dado por mais esta visita na CTMP. Queria colocar duas questões complementares ao que está sendo discutido: **a)** estamos avançando na questão da contagem de pedestres; alguns acordos de cooperação estão em fase final em relação a algumas tecnologias. Entendemos que é importante medir e contar os pedestres para que possamos dimensionar as estruturas corretamente para a circulação necessária em cada local. Sabemos que oferecendo uma estrutura melhor poderemos atrair mais pessoas dispostas a caminhar, independente do tipo de usuário. **b)** a integração entre escalas também é muito importante; a Helena comentou do plano diretor, o Dado falou sobre os casos temporários e o Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias que estamos desenvolvendo com a participação do Dado, é uma outra escala de desenho urbano que também auxilia a estruturar e amarrar todas essas questões. Independente da pandemia, no Manual há um espaço dedicado aos desenhos temporários. O Estatuto do Pedestre é uma outra ação que, se somadas, nos auxiliarão a modificar o que temos hoje para o futuro. Poderemos planejar acertadamente e não fazer ruas de forma errada que, conforme sabemos, continuam sendo feitas. Também temos a preocupação de discutir no Manual os elementos urbanos e os concursos que a SPUrbanismo fez para alguns desses itens. Não somente para fazermos corretamente, mas também para termos um padrão que consigamos substituir rapidamente em caso de quebra e necessidade de reposição, sobretudo em função da segurança. Tudo isso caracteriza-se por uma construção conjunta do conhecimento. O que foi relatado em relação a participação na consulta pública é bastante significativo.

Eduardo Brettas – apenas para complementar, conforme você falou, termos a visão das diversas escalas é fundamental: o entendimento e o pensamento ser único. Criando essa pirâmide chegaremos até embaixo com qualidade. Na sua fala lembrei de algo triste; uma das primeiras vezes que trouxemos o pessoal do Jan Gehl e estávamos discutindo sobre fazer implantações temporárias, uma das questões perguntadas foi: *podemos ir ao depósito de vocês para ver que tipo de material existe e podemos aproveitar, para podermos implantar?* Não temos e é uma tristeza pois deveríamos ter o domínio disso para atendermos em situações emergenciais. A própria SMT e CET, quanto tempo não utilizaram aqueles *malotões* que faziam a divisão do canteiro central da avenida Santo Amaro, quando da implantação dos ônibus há trinta anos. Quando os corredores foram reformados o material - embora ruim - foi guardado para manejar a cidade; é importante. Não temos este tipo de instrumento; não temos o menor jogo de cintura para realizar uma implantação rápida de hoje para amanhã. O Manual conduz um pouco para isso e, a medida que formos evoluindo e conseguirmos fornecedores que tenham esses elementos padronizados, ainda que não tenhamos em estoque, é importante saber que podemos repor.

Maria Teresa – se tivermos especificações mínimas podendo ocorrer variações, seria um passo além do Manual; muito importante. Poderíamos adquirir no mercado e estimular, inclusive, a competitividade entre as empresas nesse tipo de equipamento. Temos alguns padrões ruins, mas as coisas boas ainda não conseguimos fazer.

José Renato – o Manual será também um instrumento de consolidação das ideias que temos tido em relação a valorização da mobilidade ativa, redesenhar o espaço da cidade, além do Decreto que estamos tratando hoje. Ele também já foi objeto de consulta pública, foi revisado em termos de conteúdo e agora está na fase de designer gráfico, inserção de algumas ilustrações, para podermos disponibilizá-lo no início do mês que vem.

Eduardo Macabelli – sobre a contagem de pedestres, estamos atrás dos equipamentos e faz parte do plano de metas de segurança da PMSP. Instituímos já a contagem manual e já estamos realizando este trabalho que vai virar rotina. Já foram selecionados vinte pontos. Uma pergunta para o Dado: em função da liberação com a fase verde, há alguma liberação em relação aos TPU's convencionais? Saberíamos dizer algo em relação a simplificação para liberação e obtenção de novas TPU's?

Eduardo Brettas – o Modonezi (secretário das Subprefeituras) está agilizando para fazer essa *via fácil* da TPU. Não sei dizer em que pé está. Com relação a liberação, ou seja, as pessoas que já possuem a TPU retornarem a ocupação - em tese -, esta era a bandeira verde necessária. Porém agora é necessário o protocolo para utilização desse espaço. Desta forma é necessário firmar esse protocolo com a Secretaria de Saúde para voltarem a ter o direito de usar. Na sexta-feira mudou tudo; até quarta-feira não íamos entrar no verde. Embora o município tivesse condições há mais tempo, havia diversos municípios da região metropolitana que não estavam em condições de passar para o verde. No final acabaram liberando mesmo havendo alguns municípios que não haviam cumprido com o necessário. Penso que o que falta é firmarem esse novo protocolo para a utilização desses espaços das TPU's antigas.

Eduardo Macabelli – isso é algo que influenciará pois sempre tivemos dificuldade em relação a essa questão das TPU's; penso que seria o momento de aproveitar e fazer uma revisão com um regramento mais claro a respeito.

Eduardo Brettas – o que posso te dizer é que todo o trabalho que estaria embutido nesse novo Decreto das liberações no momento, é que ele já seria licenciado em cima dessa nova

regra. De uma *via fácil* de obtenção dessas TPU's para poder fazer essas implantações. Não sei se isso funcionará na forma geral.

José Renato – estamos buscando uma parceria com a USP para qualificar ainda mais o trabalho de medição de pedestres e tecnologias dos semáforos. Ações que possam atender também as demandas legais. A própria medição de pedestre poderia ser o parâmetro para que possamos precisar melhor a definição da faixa livre em uma intervenção como essa que comentamos agora.

Eduardo Brettas – sobre a medição de pedestres, não sei se chegaram a ver o teste que fizemos na São Bento. Consegui uma câmera térmica, infravermelho, que fazia um cone de seis metros e consegui contar separando o sentido, inclusive. Foi uma experiência muito boa e o equipamento funcionou muito bem. Coloquei na marquise do Martinelli lá embaixo, ele fez um cone que pegou quase a largura da São Bento como um todo. Isto faz um ano e meio mais ou menos; fiquei com máquina uns três meses.

Maria Teresa – seria legal fazer uma apresentação dessa metodologia para a Edilene. Luiza, você poderia ver com ela.

Eduardo Brettas – o equipamento pode funcionar de duas maneiras: o dado poderá ficar sendo acumulado apenas no equipamento e do chão e com uma conexão Bluetooth baixar os dados para o celular ou ele pode ter um chip celular fazendo a transmissão online dos dados que vai capturando.

Eduardo Macabelli – a sinalização tem acompanhado os testes e a intenção é normatizar e elaborar um regramento para o Termo de Referência para contratação das empresas que forneçam esse tipo de equipamento.

José Renato – é sempre em cima desse tipo de dado que conseguimos fazer nosso planejamento; o PEC também usou isso como referência. Bem, gostaria de agradecer a participação do Brettas pois esta conversa é muito importante para evoluirmos e todos tomarem ciência do que está acontecendo. Temos a consulta pública, o trabalho do Decreto que será feito em função disso, os novos pilotos que estão sendo estudados, as ações da mobilidade ativa e uma solicitação que foi feita na reunião passada foi sobre o andamento do PEC. A Secretária Elisabete França conversou com o Secretário Adjunto Baviera da SMSUB. Eles ainda estão compilando informações e sugeriram fazer uma apresentação do Plano Emergencial dessa fase agora. Esta é uma ação que também vem contribuindo para a questão do pedestre na pandemia. Se todos concordarem poderíamos, na próxima reunião, assistir uma apresentação do Plano Emergencial de Calçadas em relação aos dados mais recentes.

Ana Carolina – acho bom termos essa apresentação do PEC na próxima reunião; porém, seria bom, se possível, termos acesso a esse balanço antes. Só temos tido conhecimento dessas informações via pedido; são difíceis de achar. Seria importante ter isso disponibilizado ainda que seja logo após nossa reunião se for o caso.

José Renato – perfeito. Assim que recebermos os dados informaremos vocês e na reunião podemos ter um panorama com mais precisão da execução do PEC. Praticamente todas as subprefeituras estão executando pelo menos uma ou duas vias de padronização de calçadas. Mais alguma questão?

Maria Teresa – tenho um informe. Vocês haviam trazido o pedido sobre a eleição da CTMP, consultamos nosso jurídico que informou que não há problema fazer o edital da forma que

vocês propuseram. Com exceção da questão da paridade de gênero que a legislação precisa ser respeitada. Já está no processo SEI. Posso abrir vistas para você - Ana Carolina - hoje ainda. Resumidamente, tudo bem vocês realizarem o processo eleitoral, não participaremos da promoção das eleições (será feito por vocês) e podemos sim colocar no nosso site um informe dentro do CMTT dizendo que as eleições para membros da CTMP estão acontecendo no período "X", conforme edital elaborado pela sociedade civil. Podemos elaborar esse texto juntos informando para dar transparência ao processo.

Michele – é importante que todo o processo seja registrado em Ata mesmo sem a nossa participação.

Maria Teresa – passaremos para eles as questões que devem ser formalizadas. Precisamos também pensar em relação a prazos, lembrando que estamos num período eleitoral que não tem nada haver com as eleições da CTMP. Iniciaremos a elaborar o edital das eleições do CMTT no início do ano que vem. A decisão é de vocês, porém, não sei se teriam interesse em fazer essa eleição agora e, mudando o mandato do CMTT vocês fariam outra eleição, ou preferem esperar o início do ano que vem e fazemos tudo junto. Talvez não valha a pena todo esse esforço agora.

Ana Carolina – é que estamos na expectativa de realizar essa eleição há um bom tempo e estávamos basicamente esperando esse retorno.

Maria Teresa – é, sei que ficou ruim para vocês, pois demorou demais.

Ana Carolina – quando termina esta gestão do CMTT?

Maria Teresa – abril.

Ana Carolina – talvez fique muito longe e meu maior receio é que se não fizermos essa recomposição da CTMP antes do final do mandato, corremos um certo risco de chegar no início do ano que vem e termos problemas de legitimidade. É importante que as coisas se mantenham nos conformes durante a transição. Portanto, talvez seja melhor andarmos com isso agora ou formalizarmos quem são os membros agora. Será ruim iniciar o próximo mandato sem termos formalizado a existência da CTMP e quem são os seus componentes. Talvez seja melhor fazermos após o primeiro turno das eleições para não haver confusão.

Maria Teresa – e para que tenham um prazo para divulgação, também é importante. Na minha opinião ficou num momento ruim, mas não deve impedir de vocês fazerem se assim decidirem.

Jose Renato – então a proposta é ou realizar as eleições da CTMP em dezembro ou deixar para abril e fazer as duas eleições juntas.

Mauro Calliari – devemos pensar, mas é uma pena termos chegado até este momento para falar disso. Conforme a Maria Teresa falou acho impossível ter um clima para falar de eleição sendo que temos uma outra eleição super importante que está acontecendo agora que é a de Prefeito e Vereadores. As pessoas já não sabem o que é, quem vai votar são doze amigos de cada um e realmente não acho que faz sentido. Foi uma pena termos demorado para voltar a ter essa reunião com qualidade. Impressionante como o CMTT ficou desprestigiado no início desta gestão; nunca vimos o Secretário participando nem de Câmaras Temáticas nem do CMTT geral e nos últimos meses isso mudou. Essa dinâmica de pelo menos estar acompanhando muda tudo. Tivemos duas gestões em uma e a segunda, infelizmente, pelo menos do ponto de vista institucional, demorou menos. É muito importante esse trabalho que vocês fizeram. Perdemos muito tempo. Gostaria de sugerir que fizéssemos nas próximas reuniões tudo o que for possível. Mesmo hoje, tendo sido uma boa conversa, falamos de uma

intervenção no Arouche e São Paulo tem doze milhões e não sei quanto milhares de metros quadrados de calçadas. Não sei quem virá depois, mas quando vejo o programa eleitoral vemos gente falando que estão quebrando as calçadas. Isto é culpa de quem não planejou. Vocês estão colhendo frutos de um início horroroso; aquela Comissão Permanente de Calçadas que ia resolver todos os problemas do mundo implodiu e ninguém nunca mais falou dela. Eu solicito urgentemente fazermos uma pauta para a próxima reunião que contemple tudo, um balanço. Dezembro vai morrer, então que façamos a reunião de novembro onde de fato tenha fim e começo e não tenhamos mais pendências. Desculpem o desabafo, mas agora vemos que esta Câmara pode funcionar. Olha só o que poderia ter sido e não foi.

Maria Teresa – agradeço a valorização dessa nova fase. Gostaríamos de fazer mais, mas é muita coisa ao mesmo tempo e estamos nos dividindo e tentando deixar a casa organizada. Seja o que for que venha acontecer, gostaríamos de deixar a governança estruturada. Mexer no Regimento Interno do CMTT e reorganizar o edital de eleições são passos importantes. São coisas que não necessariamente precisariam ser feitas agora, mas auxilia a próxima gestão. Será só começar a trabalhar. Essas organizações institucionais também têm o seu valor. Deixar tudo organizado já será uma grande ajuda e vocês poderão cobrar.

Rosa – somente pontuando que o processo eleitoral do CMTT inicia em janeiro, as eleições são em março e a posse é em abril.

Maria Teresa – sim, mas já vamos deixar o edital pronto este ano.

José Renato – será que vale a pena fazer uma movimentação agora.

Ana Carolina - minha preocupação em relação a isto é que o processo eletivo da CTMP, pelo Regimento, teria que ser conduzido pelos representantes das cadeiras temáticas de mobilidade a pé e pessoas com deficiência do CMTT. Daí, ou teria que ser após a eleição do CMTT ou ser feito antes pelas pessoas que estão aqui.

Maria Teresa – foi isso que quis dizer e não fui clara. Se fizermos agora, teremos que, invariavelmente, fazer novamente em abril.

José Renato - é um ponto a se avaliar até pelo pouco tempo que temos. Poderíamos tratar de outros projetos importantes em andamento. Alguém mais gostaria de comentar algo?

Ana Carolina – é importante de qualquer maneira recebermos o retorno do jurídico, porque o edital precisa ser finalizado e adequado às normas e iremos discutir internamente sobre as eleições da CTMP. De qualquer maneira, se ficar para o ano que vem, antes disso precisaríamos ver o regramento do estatuto e deixar mais redondo a questão do processo eleitoral. Pelo menos isso precisa caminhar.

Maria Teresa – concordo; acho bom se conseguirmos discutir uma minuta de regimento interno para a câmara temática agora em novembro e aprovar em dezembro; seria uma contribuição muito legal desse grupo para o ano que vem. Disponibilizaremos as vistas do processo para você e aguardaremos vocês decidirem sobre as eleições. Nos informem para podermos cuidar da comunicação do assunto.

José Renato – então, para próxima reunião falamos do Regimento, apresentação do PEC e um informativo sobre as ampliações de calçadas. Importante também participar da consulta pública do Dado.

Maria Teresa – há uma outra consulta pública importante que é a da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e tem relação com os caminhos do pedestre. Posso colocar no chat. É do Plano Municipal de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres.

Ana Carolina - poderiam encaminhar para o mailing do CMTT e CTMP?

Maria Teresa – sim, a Rosa poderá enviar os dois, da gestão urbana e do Meio Ambiente.

José Renato - é um trabalho bem importante para a cidade. Obrigado a todos pela presença.

Observações Chat:

[10:13] Helena Degreas (Convidado)
Ampliar o espaço destinado à pedestrianização.

[10:36] MAURO CALLIARI (Convidado)
Obrigado, Brettas! Concordo com você, não podemos esperar muito tempo para ter essa conclusão. O fim de ano é uma época difícil, caótica, precisamos de um a orientação precisa de vocês antes disso! Se precisar de ajuda, estamos aí!

[10:38] Ana Carolina Nunes (Convidado)
Sugiro uma publicação no formato relatório no site da SMDU com os resultados dos primeiros pilotos.

[10:39] Rose (Convidado)
Ha ideia do custo por metro quadrado?

[10:39] Plinio (Convidado)
Também concordo com o aumento da área de calçada.

[10:41] Helena Degreas (Convidado)
A ampliação das áreas de calçada está prevista no Plano Diretor em áreas de transformação urbana.

[10:41] Maria Teresa Diniz (Convidado)
É bom lembrar do Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias, em fase final de edição para publicação. Ele trará a questão do nível de serviço para as calçadas, bem como todos os outros parâmetros necessários para esse usuário. Junto com ele, temos também o decreto regulamentador do Estatuto do Pedestre.

[10:42] Helena Degreas (Convidado)
E o PDE também, certo?

[10:42] Maria Teresa Diniz (Convidado)
Todas as ações - em escalas diferentes - precisam se integrar para que possamos oferecer ao pedestre o direito de circular com conforto, acessibilidade, segurança.

[10:42] Helena Degreas (Convidado)
Não é só o trecho que citei... são todos os eixos de transformação previstos no PDE. São os locais que a Ana citou como próximos às escolas, templos etc.

[10:56] Ana Carolina Nunes (Convidado)
Nossa, como assim audiências públicas proibidas? essa é uma leitura meio estranha da legislação eleitoral...

[10:59] MAURO CALLIARI (Convidado)

O tema está com mais visibilidade do que nunca. Hoje na Folha, saiu o caderno de mobilidade urbana. O andar a pé ganha preferência e visibilidade. Deveríamos aproveitar esse momento e avançar mais rápido ainda.

[11:05] Rose (Convidado)

O custo tem que prever a manutenção e se cada interessado for propor conforme sua possibilidade de parcerias é muito complicado...